



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Enerpeixe S.A. ("Enerpeixe" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o presente Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social findado em 31 de dezembro de 2015.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Ao longo dos últimos anos o setor elétrico brasileiro tem enfrentado grandes desafios, sendo certo que o ano de 2015 não foi diferente. Neste ano, persistimos com o desafio da estiagem, que reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, especificamente na região Sul e Sudeste, vindo a ter reflexos na região Norte, pelo que a UHE Peixe Angical não esteve fora deste contexto.

Na maior parte do ano o Sistema Interligado Nacional - SIN contou com a operação ininterrupta de usinas térmicas que produzem energia elétrica a um custo superior ao da energia produzida a partir de matrizes hídricas. Sendo a base energética nacional preponderantemente hídrica, as térmicas serviram para amenizar os efeitos devastadores no setor elétrico.

Vigente para o ano de 2015, o novo preço estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em R\$ 388,48 tentou reduzir a exposição ao mercado de curto prazo, entretanto, a irregularidade das chuvas ainda criou dificuldades para o caixa das Companhias.

Como medida complementar, na tentativa de reduzir o impacto da estiagem no caixa das Companhias, foi editada a Lei nº 13.203/2015, a qual dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A energia elétrica produzida pela Enerpeixe possui contratos de venda de 100% da garantia física, os quais foram celebrados em fevereiro de 2006 e vigentes até janeiro de 2016, sendo todos estes contratos negociados no ACR. Para este novo ciclo de contratos com vigência a partir de janeiro de 2016, a composição entre os ambientes foi modificada para 72,01% da garantia física negociada no ACL, 5,35% negociada no ACR, 3,39% destinadas para compensar o consumo interno e as perdas técnicas, e 19,25% da energia encontra-se descontratada.

2. PRÊMIOS E CONQUISTAS

Na procura contínua da excelência, no ano de 2015 a Enerpeixe manteve as certificações no processo de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, da ISO NBR 14001 na valorização do contingente de colaboradores, da OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho com créditos na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos), INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção, com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

Além disso, a Companhia passou por auditoria realizada por técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo obtido nota de 91,54, de 100 possível, classificada como uma das maiores notas de Usinas Hidrelétricas no Brasil, o que somente reforça o compromisso da Administração para com o país.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade socioambiental, deu continuidade em 2015 aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental, apoiando iniciativas de estudos e conservação do patrimônio cultural e natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos dentro da sua área de atuação.

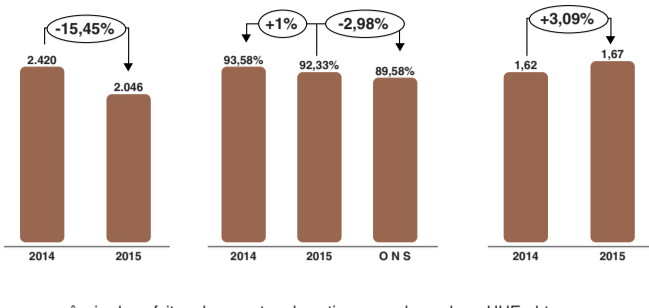
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Localizada no Rio Tocantins, tendo a margem direita o município de São Salvador e a margem esquerda o município de Peixe ambos no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil está situada a UHE Peixe Angical operada e mantida pela Enerpeixe S.A..

Com 498,75 MW de capacidade instalada e 280,5 MW de energia assegurada, conforme a Portaria nº 11 do Ministério de Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a UHE tem a capacidade de atender a demanda de uma cidade com 4 milhões de habitantes.

Durante o exercício de 2015 com a prévia autorização do Operador Nacional do Sistema - ONS, a UHE realizou a manutenção programada de duas unidades geradoras.

A seguir demonstramos as variações entre os anos de 2015 e 2014 sobre a geração de energia elétrica, o índice de disponibilidade (média dos últimos 60 meses) e a taxa de falha da UHE.



Como consequência dos efeitos decorrentes da estiagem prolongada, a UHE obteve uma geração de energia elétrica em 2015 de 2.046 GWh inferior em 15,45% ao ano de 2014 que produziu 2.420 GWh. O índice de disponibilidade manteve-se em níveis de excelência superando o índice de referência da ONS em 2,98% e a taxa de falha apresentou estabilidade no período comparativo com valores de 1,67 em 2015 e 1,62 em 2014.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 Receita com suprimento de energia elétrica

Para o exercício de 2015, a receita com suprimento de energia elétrica apresentou, frente a 2014, um crescimento de 6,20% com o valor de R\$ 498.510 frente a R\$ 469.394 em 2014. Destaca-se como fato impactante deste acréscimo o reajuste anual realizado no aniversário de cada contrato de venda de energia.

Em 2015, assim como em 2014, a receita com suprimento de energia elétrica foi obtida através de contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

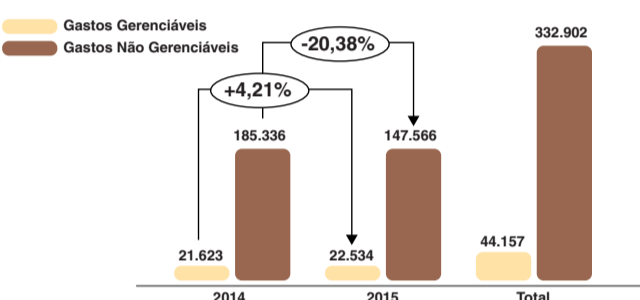
5.2 Receita Operacional Líquida - ROL

A Receita Operacional Líquida - ROL, a partir de 2015, teve a inclusão de encargos do regulador na sua composição, a Taxa de Fiscalização - TFSEE e a Contribuição para Utilização de Recursos Hídricos - CFURH somaram R\$ 12.930.

Quando o efeito dos encargos é eliminado, observa-se um crescimento na ROL de 3,59% em comparação com 2014.

5.3 Gastos operacionais gerenciáveis e não gerenciáveis

O grupo de gastos gerenciáveis apresentou uma alta na realização de 4,21%, entretanto quando descontamos a inflação de 2015 (10,68%) verificamos que a Administração da Companhia obteve um resultado expressivo de redução. Para os gastos não gerenciáveis, a redução de 20,38% é resultante dos esforços para o controle do PLD e do GSF, ambos com atuação conjunta do órgão regulador com as empresas de energia elétrica.



5.4 EBITDA

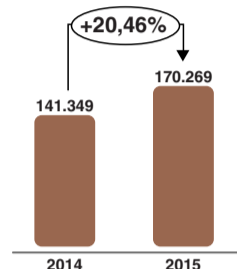
O exercício de 2015 demonstrou um acréscimo no EBITDA da Companhia de 15,39% frente a 2014, este efeito é a resultante do aumento da Receita com suprimento de energia elétrica (5.1) e da redução dos gastos não gerenciáveis (5.3).

5.5 Resultado financeiro

O comparativo entre os exercícios de 2015 e 2014, demonstra que a receita financeira registrou uma queda de 4,50% (R\$ 8.389 em 2015 e R\$ 8.784 em 2014), esta redução explica-se através da menor disponibilidade de recursos aplicáveis durante o exercício. A despesa financeira contabilizou um aumento de 25,67% (R\$ 46.278 em 2015 e R\$ 36.825 em 2014), o principal componente desta evolução foi o comportamento do IGP-M que apresentou forte aumento durante 2015 chegando a 10,54% no acumulado do ano. O Uso do Bem Público - UBP é atualizado com base na variação do IGP-M e somente o efeito da atualização financeira descontado o Ajuste a Valor Presente - AVP desta obrigação foi de R\$ 39.228 em 2015 e R\$ 18.962 em 2014.

5.6 Lucro líquido

O Lucro líquido em 2015 foi de R\$ 170.269, 20,46% superior a 2014 onde o resultado contabilizado foi de R\$ 141.349. Os efeitos demonstrados no EBITDA (5.4) explicam quase em sua totalidade a variação.



5.7 Endividamento

A Enerpeixe, em 16 de novembro de 2015, realizou a liquidação antecipada dos contratos firmados com o BNDES e as Instituições Financeiras repassadoras (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A.), com vencimento original para fevereiro de 2016.

Por força dos contratos de financiamento, a Companhia manteve como garantia em conta de aplicação vinculada às obrigações o valor corrigido das últimas três parcelas liquidadas. Em novembro de 2015, restavam apenas três parcelas a liquidar (novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016). A partir dos recursos mantidos como garantia, a Companhia realizou a liquidação antecipada das três parcelas restantes dos contratos de financiamento.

Todas as garantias prestadas aos credores dos contratos de financiamento foram integralmente liberadas ao longo de dezembro de 2015.

6. CONCLUSÃO

O ano de 2015 foi novamente um momento singular para o Setor Elétrico Brasileiro. A escassez de chuvas manteve em alerta os agentes atuantes neste mercado.

A Enerpeixe, mesmo com os incessantes desafios dos últimos anos e em contínuo atendimento aos acionistas, liquidou financeiramente durante o ano de 2015 os dividendos relativos ao exercício de 2014 no montante de R\$ 65.147 (R\$ 55.375 líquido de Imposto de renda), ainda em 2015 no dia 4 de dezembro, destinados às acionistas o montante de R\$ 70.000, oriundos da Reserva de lucros, os quais foram distribuídos de acordo com a participação na Sociedade.

Os esforços de redução dos custos ao longo de 2015 contribuíram para que a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa terminasse o ano com o saldo de R\$ 82.946.

Tais fatores somente reforçam o compromisso da Administração da Companhia, a qual busca patamar de excelência nos trabalhos desempenhados e nos resultados obtidos, os quais são fruto do trabalho de todos os membros da sociedade: acionistas, conselho de administração, diretoria e colaboradores.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

ENERPEIXE

1 - Base de Cálculo		2015 Valor (em milhares de reais)			2014 Valor (em milhares de reais)		
Receita líquida (RL)				435.627			433.025
Resultado operacional (RO)				288.061			247.689
Folha de pagamento bruta (FPB)				9.049			9.168
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		616	6,81%	0,14%	574	6,26%	0,13%
Encargos sociais compulsórios		1.662	18,37%	0,38%	1.744	19,02%	0,40%
Previdência privada		256	2,83%	0,06%	262	2,86%	0,06%
Saúde		609	6,73%	0,14%	486	5,30%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho		61	0,67%	0,01%	68	0,74%	0,02%
Educação		34	0,38%	0,01%	12	0,13%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		112	1,24%	0,03%	140	1,53%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		8	0,09%	0,00%	8	0,09%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		885	9,78%	0,20%	566	6,17%	0,13%
Outros		264	2,92%	0,06%	222	2,42%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos		4.507	49,81%	1,03%	4.082	44,52%	0,94%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		82	0,03%	0,02%	73	0,03%	0,02%
Esporte		59	0,02%	0,01%	59	0,02%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade		141	0,05%	0,03%	132	0,05%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)		41	0,01%	0,01%	384	0,13%	0,09%
Total - Indicadores sociais externos		182	0,06%	0,04%	516	0,18%	0,12%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		2.143	0,74%	0,49%	2.143	0,87%	0,49%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		2.143	0,74%	0,49%	2.143	0,87%	0,49%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período		55			55		
Nº de admissões durante o período		4			14		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		54			47		
Nº de estagiários(as)		1			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		8			10		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		13			12		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0,00%			20,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		5			5		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		6			6		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		279.079			258.702		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		20% governo 3% colaboradores(as) 30% acionistas 17% terceiros 30% retido			27% governo 4% colaboradores(as) 25% acionistas 14% terceiros 30% retido		
7 - Outras Informações							
A Enerpeixe não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente, não está envolvida em corrupção e valoriza e respeita a diversidade interna e externa.							
Informações não auditadas.							

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		3	82.946	66.619
Concessionárias		4	66.359	53.461
Impostos e contribuições sociais		5	6.958	4.846
Estoques			2.492	1.106
Cauções e depósitos vinculados		9		1.009
Outros créditos			927	587
Total do Ativo Circulante			159.682	127.628
Não Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6	50.152	41.249
Cauções e depósitos vinculados		9	42	34.366
			50.194	75.615
Imobilizado		10	1.491.584	1.535.110
Intangível		11	104.602	109.846
			1.596.186	1.644.956
Total do Ativo Não Circulante			1.646.380	1.720.571
Total do Ativo			1.806.062	1.848.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2015	2014
Receitas		435.627	433.025
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica		(147.566)	(171.349)
Custo de operação		(62.317)	(63.814)
Lucro bruto		225.744	197.862
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas			836
Despesas gerais e administrativas		(9.487)	(7.886)
Depreciações e amortizações		(116)	(173)
Outras despesas e receitas operacionais		167	(9.785)
		(9.436)	(17.008)
Resultado das participações societárias			
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		216.308	180.854
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		8.389	8.784
Despesas financeiras		(46.278)	(36.825)
		(37.889)	(28.041)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		178.419	152.813
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.053)	(13.372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.903	1.908
		(8.150)	(11.464)
Resultado líquido do exercício		170.269	141.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2015	2014
Geração do valor adicionado		501.822	492.282
Receita operacional		499.078	481.934
Receita relativa à construção de ativos próprios		2.577	5.815
Outras receitas		167	4.533
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(179.841)	(190.819)
Custos da energia comprada		(130.810)	(142.583)
Encargos de uso da rede elétrica		(31.798)	(28.766)
Materiais		(866)	(3.075)
Serviços de terceiros		(14.567)	(15.299)
Outros custos operacionais		(1.800)	(1.096)
Valor adicionado bruto		321.981	301.463
Retenções			
Depreciações e amortizações		(51.534)	(51.545)
Valor adicionado líquido produzido		270.447	249.918
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		8.632	8.784
Valor adicionado total a distribuir		279.079	258.702
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		7.710	9.168
Remuneração direta		5.695	7.378
Benefícios		1.642	1.362
F.G.T.S.		373	428
Impostos, taxas e contribuições		54.267	70.841
Federais		54.226	70.457
Estaduais		20	312
Municipais		21	72
Remuneração de capitais de terceiros		46.833	37.344
Juros		46.278	36.825
Aluguéis		555	519
Remuneração de capital próprio		86.714	65.147
Juros sobre capital próprio		86.714	65.147
		195.524	182.500
Lucros retidos		83.555	76.202
		279.079	258.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissões Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.
 A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011.
 A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no ambiente de contratação regulada (ACR) assim como no ambiente de contratação livre (ACL).
1.1 Contrato de concessão
 A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplimento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes a exploração de energia elétrica.
 No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
 A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
 As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
 São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
 A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do Imobilizado e Intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.
 Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)
 Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes, que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
 A Administração da Companhia acredita que as IFRS 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	47.727	24.854
Impostos e contribuições sociais	5	25.495	18.337
Dividendos	20	73.707	55.375
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13		114.352
Obrigações estimadas com pessoal	16	1.349	1.233
Encargos regulamentares e setoriais	14	2.561	4.170
Uso do bem público	15	21.426	19.244
Outras contas a pagar		478	76
Total do Passivo Circulante		172.743	237.641
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13		9.488
Uso do bem público	15	230.003	211.421
Outras contas a pagar		112	
Total do Passivo Não Circulante		230.115	220.909
Patrimônio Líquido			
Capital social	19.1	882.628	882.628
Reservas de capital		18.546	18.546
Reservas de lucros		502.030	488.475
Total do Patrimônio Líquido		1.403.204	1.389.649
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.806.062	1.848.199

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		178.419	152.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(836)	
Depreciações e amortizações		49.386	50.745
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		54	4.104
Despesas pagas antecipadamente		684	719
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		6.526	16.641
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		39.228	18.962
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		17.308	18.439
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.755)	(3.818)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(397)	(290)
		287.453	257.479
(Aumento) Diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(12.898)	4.187
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(2.811)	(1.345)
Estoques		(1.386)	(759)
Cauções e depósitos vinculados		39.088	7.152
Despesas pagas antecipadamente		(699)	(724)
Outros ativos operacionais		(325)	97
		20.969	8.608
Aumento (Diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		22.873	16.882
Outros tributos e contribuições sociais		2.963	(10.462)
Obrigações estimadas com pessoal		116	64
Encargos regulamentares e setoriais		(18.917)	(19.485)
Uso do bem público		(18.464)	(17.934)
Outros passivos operacionais		514	(66)
		(10.915)	(31.001)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		297.507	235.086
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.619)	(26.603)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		274.888	208.483
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(2.820)	(2.991)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(2.820)	(2.991)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos		(125.375)	(55.165)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(123.437)	(113.854)
Pagamento de Encargos de dívidas		(6.929)	(17.041)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(255.741)	(186.060)
(Redução) Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		16.327	19.432
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		82.946	66.619
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		66.619	47.187
		16.327	19.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	882.628	18.546	412.273	-	1.313.447
Lucro líquido do exercício				141.349	141.349
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			7.067	(7.067)	-
Reserva de retenção de lucros			50.901	(50.901)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			18.234	(18.234)	-
Dividendos / JUSCP			(65.147)	(65.147)	(65.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	882.628	18.546	488.475	-	1.389.649
Saldos em 31 de dezembro de 2014	882.628	18.546	488.475		1.389.649
Dividendo adicional aprovado - AGE 01/12/2015			(70.000)	(70.000)	(70.000)
Lucro líquido do exercício				170.269	170.269
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			8.513	(8.513)	-
Reserva de retenção de lucros			52.075	(52.075)	-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			22.967	(22.967)	-
Dividendos/JUSCP			(86.714)	(86.714)	(86.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	882.628	18.546	502.030	-	1.403.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2015
 A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) ICPC 19 - Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); e (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36).

Segue abaixo a norma que resultou em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:
OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral
 A Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

5.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC, relativos a períodos anteriores.

5.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio (Nota 20). No exercício de 2015 foi retido o montante de R\$ 13.007 frente a R\$ 9.772 no ano de 2014.

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As variações com imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado.

7 Partes relacionadas

	Relacionamento	Preço praticado R\$/MWh	Duração	Ativo Circulante		Passivo Circulante/Não Circulante		Resultado Recargas (Despesas) Operacionais	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP Bandeirante	Controle comum	202,39	1/2/2006 a 31/1/2016	21.831	19.323			196.129	187.802
EDP Bandeirante	Controle comum	219,29	1/2/2006 a 31/1/2016	7.761	7.215			73.743	70.732
EDP Escelsa	Controle comum	216,64	23/12/2002 a 31/1/2016	10.428	11.785			98.039	92.808
EDP Comercializadora	Controle comum		23/12/2002 a 31/1/2016					7.602	
		Total Concessionárias		40.020	38.323	-	-	375.513	351.342
Outras contas a pagar									
Compartilhamento de custos jurídicos									
Energest	Controle comum		Duração do processo			2			(2)
EDP Energias do Brasil	Controladora direta		Duração do processo			110			(110)
Prestação de serviços de consultoria ambiental									
Energest	Controle comum		11/03/2013 a 11/03/2014						(64)
Prestação de serviços de reparos									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		15/09/2015 a 15/03/2016			13			(13)
		Total Outras contas a pagar		-	-	125	-		(125)
Fornecedores									
Compra de energia elétrica para revenda									
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2012 a 31/12/2014				10.484		(102.557)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015			3.288		(49.585)	
Encargos de uso da rede básica									
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador					269	232	(2.287)	(2.220)
		Total Fornecedores		-	-	3.557	10.716	(51.872)	(104.777)
		Total Circulante		40.020	38.323	3.557	10.716	-	-
		Total Não Circulante		-	-	125	-	-	-
		Total Resultado		-	-	-	-	323.516	246.501

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2015:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2015 (valores demonstrados em R\$):

2015	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Total
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Número de membros	5	2	2	7	
Remuneração fixa anual (em R\$)	90.720	1.039.643	1.130.363		
Salário ou pró-labore	84.000	962.632	1.046.632		
Encargos sociais	6.720	77.011	83.731		
Valor total da remuneração, por órgão	90.720	1.039.643	1.130.363		

8.1.2 Remuneração média anual do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2015:

2015	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de membros	5	2	2	
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	3.500	150.284		
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	3.500	17.000		
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	3.500	83.642		

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Energiepe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 9 de abril de 2015, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.200.000, para o período de abril de 2015 a março de 2016 inclusive, cuja distribuição individual será deliberada pelo Conselho de Administração nos termos do parágrafo único do artigo 13º do Estatuto Social da Companhia.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais			42	42
Cauções e depósitos vinculados	1.009	34.324	42	34.366
Total	1.009	34.366		

Em novembro de 2015 a Companhia liquidou as obrigações financeiras existentes com o BNDES e consórcio de Bancos oriundas do Contrato de Financiamento da UHE Peixe Angical. Assim, foram liberadas as garantias que em dezembro de 2014 representavam o montante de R\$ 34.324. O valor de R\$ 1.009 representava uma garantia financeira prestada a CCEE durante o trâmite natural das operações, esse montante foi utilizado pela CCEE para a liquidação financeira de janeiro de 2015.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar da tabela conter as taxas de depreciação do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015. O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. No caso da Companhia em regime de Produtor Independente, entende-se que existe o direito à indenização, caso esteja previsto no contrato de concessão, do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes. Na data do término da concessão, para efeitos de cálculo de indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis à União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.023		13.023		13.023		13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	1,91	853.746	(156.868)	696.878	1,91	853.746	(139.718)	714.028
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	259.858	(51.295)	208.563	2,09	259.858	(45.860)	213.998
Máquinas e equipamentos	3,12	745.842	(210.246)	535.596	3,12	745.628	(187.006)	558.622
Veículos	14,15	1.934	(644)	1.290	14,15	1.155	(871)	284
Móveis e utensílios	8,68	1.045	(465)	580	8,68	931	(394)	537
		1.875.448	(419.518)	1.455.930		1.874.341	(373.849)	1.500.492
Administração								
Máquinas e equipamentos	3,12	13	(7)	6	3,12	13	(5)	8
Móveis e utensílios	8,68	609	(285)	324	8,68	455	(232)	223
		622	(292)	330		(237)	231	231
Total do Imobilizado em serviço		1.876.070	(419.810)	1.456.260		1.874.809	(374.086)	1.500.723
Imobilizado em curso								
Geração		35.324		35.324		34.387		34.387
Total do Imobilizado em curso		35.324	-	35.324		34.387	-	34.387
Total Imobilizado		1.911.394	(419.810)	1.491.584		1.909.196	(374.086)	1.535.110

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição dos empréstimos

	31/12/2015								31/12/2014				
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo a dívida	Forma de pagamento	Encargos		Principal		
									Circulante	Principal	Circulante	Principal	
Moeda nacional													
BNDES (1)	335.000	21/05/2004	335.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-	247	56.453	4.704	61.404
Banco Itaú (1)	100.500	21/05/2004	100.500	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-	76	17.220	1.435	18.731
Bradesco (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-	63	14.350	1.196	15.609
Unibanco (1)	67.000	21/05/2004	67.000	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-	50	11.480	957	12.487
Banco do Brasil (1)	83.750	21/05/2004	83.750	17/03/2008 a 15/01/2016	Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	-	63	14.350	1.196	15.609
									-	-	-	-	-
									499	113.853	9.488	123.840	

(1) As garantias vinculadas aos empréstimos estão demonstradas na Nota 26.2

(iii) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;
 - Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
 - Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;
 - Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;
- Diante da liquidação integral das obrigações financeiras vinculadas ao BNDES e ao consórcio de Bancos em 16 de novembro de 2015, a Energiepe durante o mês de dezembro de 2015 obteve formalmente dos Bancos credores a liberação de todas as garantias vinculadas aos contratos. Em 31 de dezembro de 2015 a Energiepe não possui empréstimos ou financiamentos vigentes.

Natureza dos cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado	
	Base de cálculo	31/12/2015	31/12/2014	Base de cálculo	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
		Total	Total		Total	Total	IR/CS	IR/CS
Diferenças temporárias								
Uso do bem público - CPC 25	251.428	85.485	78.426	103.921	35.333	37.177	8.903	1.908
Total diferenças temporárias		85.485	78.426		35.333	37.177	8.903	1.908
Total Bruto		85.485	78.426		35.333	37.177	8.903	1.908
Compensação entre Ativos e Passivos								
Diferidos		(35.333)	(37.177)		(35.333)	(37.177)		
Total		50.152	41.249		-	-		

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Realização após 2025	Não Circulante
3.288	3.288	3.288	3.288	3.288	9.864	6.576	52.605	85.485

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2015, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Os valores a partir de 2025 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

	Ativo Circulante		Passivo Circulante/Não Circulante		Resultado Recargas (Despesas) Operacionais	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	2015	2014
10.1 Mutação do imobilizado						
	Valor líquido 31/12/2014	Ingressos	Transferência para Imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2015
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	714.029				(17.151)	696.878
Edificações, obras civis e benfeitorias	213.998				(5.434)	208.564
Máquinas e equipamentos	558.631					

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Mutação dos empréstimos	Valor líquido		Juros provisionados	Transfe-rências	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2015
	em 31/12/2014	Pagamentos				
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Principal	113.853	(123.437)		9.488	96	
Juros	499	(6.929)	6.430			
Total	114.352	(130.366)	6.430	9.488	96	-
Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Principal	9.488	-	-	(9.488)	-	-
Total	9.488	-	-	(9.488)	-	-

14 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em		Atualização		Saldo em
	31/12/2014	Adições	monetária	Pagamentos	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.784	11.775		(12.534)	2.025
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.308	4.357	21	(5.246)	440
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	1.155		(1.137)	96
Total	4.170	17.287	21	(18.917)	2.561
Circulante	4.170				2.561
Total	4.170				2.561

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 440 (R\$ 1.308 em 31 de dezembro de 2014) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

15 Uso do bem público

A Companhia, remunera a outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, e assim pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11.2) no momento inicial do reconhecimento.

Este Intangível é amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o Passivo é amortizado proporcionalmente a realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.

15.1 Mutação do UBP - Uso do bem público

	Saldos em		Encargos e			Saldos em
	31/12/2014	Ajuste a Valor Presente	atualizações monetárias	Amorti-zações	Transfe-rência	
Circulante						
Uso do Bem Público	19.244	129	833	(18.464)	19.684	21.426
Total	19.244	129	833	(18.464)	19.684	21.426
Não Circulante						
Uso do Bem Público	211.421	(2.013)	40.279		(19.684)	230.003
Total	211.421	(2.013)	40.279	-	(19.684)	230.003

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2015		31/12/2014	
	1.178	1.077	171	156
Folha de pagamento				
INSS e FGTS				
Total	1.349	1.233		

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

17 Provisões

17.1 Risco de perda possível

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Saldo em		Ativo	
	31/12/2015	31/12/2014	Depósito Judicial (Nota 9)	31/12/2015
Trabalhistas	55	20		
Cíveis	12.118	9.302	42	42
Fiscais	25.877	24.420		
Administrativas	25	21		
Total	38.075	33.763	42	42

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a atualidade.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 6.300 e em 31 de dezembro de 2014 o valor estimado era de R\$ 5.043.

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motivação da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 5.144 em 31 de dezembro de 2014 o valor estimado era de R\$ 4.118.

Fiscais

A Companhia através do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009 foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o capital próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. No dia 18 de dezembro de 2015 através do acórdão nº 03-69.862 da 2ª Turma da DRJ/BSB, a Enxerpeixe obteve decisão de 1ª Instância, a qual acolheu os argumentos da defesa apresentada pela Enxerpeixe, julgando procedente a impugnação, para o fim de cancelar o crédito tributário exigido, exonerando esta Companhia do pagamento da penalidade. Trata-se de uma decisão que pende de ratificação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (por força de recurso necessário), de acordo com o artigo 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Em 31 de dezembro de 2015 o processo possui valor de R\$ 17.113 frente a R\$ 16.372 em 31 de dezembro de 2014.

O processo de nº 2014/6870/500317, refere-se a escrituração de documentos no âmbito da fazenda estadual do Tocantins, o auto de infração menciona possíveis variações nos livros de entrada da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 o processo possui o valor de R\$ 3.594, R\$ 3.100 em 31 de dezembro de 2014.

17.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 42 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2014), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar a EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A.; a implantação ocorreu em março de 2010.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 215.

Esse plano tem a adesão de 27 colaboradores.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2015		
	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051
Total	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2015		31/12/2014	
	18.546	18.546	67.318	58.805
Reservas de capital				
Incentivos fiscais				
Total	18.546	18.546	67.318	58.805
Reservas de lucros				
Reserva legal			232.452	250.377
Retenção de lucros			202.260	179.293
Incentivos fiscais			502.030	488.475
Total			520.576	507.021

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de retenção de lucros, em consonância com o Estatuto Social.

20 Dividendos/Juros sobre o capital próprio

	Passivo	
	31/12/2015	31/12/2014
EDP - Energias do Brasil S.A.*	44.224	33.225
Furnas Centrais Elétricas S.A.*	29.483	22.150
Total*	73.707	55.375

* Valores apresentados líquidos de imposto de renda.

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2015		31/12/2014	
	170.269	141.349	(22.967)	(18.234)
Lucro líquido apurado no exercício				
Constituição da Reserva de incentivo fiscal - ADA				
Constituição da Reserva legal - 5%			(8.513)	(7.067)
Lucro a distribuir	138.789	116.048		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	34.697	29.012		
Remuneração proposta:				
Dividendos - JSCP *	86.714	65.147		
Reserva de lucros	52.075	50.901		
Remuneração líquida	138.789	116.048		
Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R\$)	0,1041	0,0782		

* Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 18 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 86.714 (R\$ 73.707 líquido de IRRF).

21 Receita operacional líquida

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para concessionárias é efetuado mensalmente.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	MWh (*)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	2.393.304	2.373.960	498.510	469.394
Energia de curto prazo		11.039	568	12.540
Total Suprimento	2.393.304	2.384.999	499.078	481.934

(-) Deduções à receita operacional

Tributos sobre a receita			(46.165)	(44.579)
PIS/COFINS			(46.165)	(44.579)
Encargos do consumidor			(17.286)	(4.330)
P&D			(4.356)	(4.330)
Outros encargos			(12.930)	
Receita operacional líquida	2.393.304	2.384.999	435.627	433.025

(*) Não auditado.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2015					2014
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	118.709				118.709	142.583
Encargos de uso da rede elétrica	28.857				28.857	28.786
Taxa de fiscalização						939
Compensações financeiras						13.049
Total	147.566	-	-	-	147.566	185.337
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.403		3.646	9.049	9.168
Material		426		284	710	1.029
Serviços de terceiros		6.462		5.683	12.145	11.530
Depreciação		43.847		52	43.899	43.892
Amortização		5.423		64	5.487	5.504
Provisão p/ cré. liq. duvidosa/ perdas líquidas						(836)
Aluguéis e arrendamentos		185		345	530	495
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(167)	(167)
Outras		571		(471)	100	255
Total	147.566	62.317	-	9.603	(167)	66.834

23 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.617	8.487
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	397	290
Descontos obtidos		1
(-) PIS / COFINS sobre a receita financeira	(243)	
Outras receitas financeiras	618	6
Total	8.389	8.784
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada		(825)
Encargos de dívidas	(6.430)	(16.641)
Variação monetária em moeda nacional	(96)	
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(198)	
Juros e multas sobre impostos		(76)
Ajuste a valor presente Uso do bem público	1.884	(4.587)
Atualização monetária do Uso do bem público	(41.112)	(14.375)
Outras despesas financeiras	(326)	(321)
Total	(46.278)	(36.825)
	(37.889)	(28.041)

24 Imposto de renda e contribuição social

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Categoria	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	21.915	30.941	21.915	30.941
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	61.031	35.678	61.031	35.678
Concessionárias	4	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	66.359	53.461	66.359	53.461
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		1.009		1.009
Não Circulante							
Cauções e depósitos vinculados	9	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		34.324		34.324
				149.305	155.413	149.305	155.413
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	47.727	24.854	47.727	24.854
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2		114.352		114.352
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	21.426	19.244	21.426	19.244
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2		9.488		9.488
Uso do bem público	15	Outros ao custo amortizado	Nível 2	230.003	211.421	230.003	211.421
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	15	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	112		112	
				299.268	379.359	299.268	379.359

25.2.1 Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

25.2.2 Mensuração do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento. Não houve alteração na classificação dos níveis de Instrumentos Financeiros no exercício.

25.3 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

25.3.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui riscos de mercado associados aos negócios.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil nos ativos e passivos financeiros avaliados na Companhia.

25.3.2 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável									
		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Acima de 1 ano	de 2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	Acima de 1 ano	de 2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Ativos financeiros											
Aplicações Financeira - CDB	CDI	2.029		2.029	2.504	2.967	1.730	1.169			
Aplicações Financeira - Debêntures	CDI	122		122	151	178	93	63			
Instrumentos financeiros ativos											
		2.151	-	-	2.151	2.655	3.145	1.823	1.232		

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 15,00% e 10,00% e TJLP em 5,50%.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Presidente	
Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro Conselheira	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	José Marcio Peralta Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araujo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	
Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Fábio Dias Bonvini Gerente Administrativo e Financeiro Contador - CRC 1SP253005/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Enerpeixe S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

25.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas hidrelétricas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

25.4.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo Circulante e Passivo Circulante, ficou negativo em R\$ 13.061 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 110.013 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2015				31/12/2014	
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	483	530	56		1.069	1.653
Obrigações de compra	11.256	7.374	2.451	15.280	36.361	90.280
Comercialização de energia						38.700
Encargos de conexão e transporte de energia	1.098	2.049	2.049	15.280	20.476	-
Materiais e Serviços	10.158	5.325	402		15.885	51.580
	11.739	7.904	2.507	15.280	37.430	91.933

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto 8,90%.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2015	31/12/2014
	Valor	Valor
Depósito caucionado		35.333
Fiança bancária	5.283	5.280
Fiança corporativa		238.093
Penhor de ações		529.577
Penhor de direitos		238.093
	5.283	1.046.376

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento. O saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação de imóvel (R\$ 993) e contratos da ONS (R\$ 4.890).

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Diante da liquidação integral das obrigações financeiras vinculadas ao BNDES e ao consórcio de Bancos em 16 de novembro de 2015, a Enerpeixe durante o mês de dezembro de 2015 obteve formalmente dos Bancos credores a liberação de todas as garantias vinculadas aos contratos.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2015	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	114.845	54.030
Usinas	820.788	306.170
Responsabilidade civil	20.000	20.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2015 foram de R\$ 1.193, sendo R\$ 995 relativos à terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$ 238 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

29 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de Juros sobre o capital próprio a pagar no valor de R\$ 86.714, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na Demonstração do fluxo de caixa.

São Paulo, 02 de março de 2016



Valdir Renato Coscodadi
Contador CRC 1SP16587/5-O-6 'S' TO